

continuação ção, monitoração e controles das atividades que envolvem risco operacional e controles internos, e são reportadas ao comitê de gestão de riscos. O Banco procedeu à formação, ao treinamento e a criação de uma estrutura organizacional adequada de controles internos, cobrindo as áreas de "compliance", prevenção à lavagem de dinheiro, auditoria interna e a elaboração de mapas de risco. Utiliza a abordagem padronizada alternativa simplificada, para alocação de capital e como medida de avaliação do risco operacional. **Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez segue a política definida pelo comitê de gestão de riscos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorada diariamente pela gerência de riscos e reportado à Diretoria. A política de risco de liquidez prevê plano de contingência de liquidez para cenários de estresse. **Legal:** Frente ao porte do Banco, é utilizado o critério de advocacia preventiva e, todos os novos negócios ou contratos são previamente revistos pelo departamento jurídico do Banco. **Gestão de capital:** O gerenciamento de capital no Banco Luso é realizado através de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade.

O monitoramento é feito pela gerência de risco e reportado ao comitê de gestão de riscos e engloba também a projeção das necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, assim como possíveis mudanças nas condições de mercado. **Risco Socioambiental:** No decorrer do ano de 2015, o tema do desenvolvimento sustentável passou a fazer parte dos objetivos do Banco Luso Brasileiro. Nesse sentido, foi desenvolvida uma política corporativa, adaptada ao seu modelo de negócio, salvaguardando critérios de proporcionalidade e relevância. Na sequência, foi efetuada uma profunda alteração do formulário "Conheça o Seu Cliente", de modo a endereçar e aprofundar o conhecimento das questões socioambientais que possam afetar os clientes com os quais o Banco se relaciona. Finalmente, foi ministrado treinamento a todos os colaboradores do Banco, de modo a sensibilizá-los para a importância da observância de tais normas para a continuidade de um bom ambiente econômico. **GIR - Gerenciamento Integrado de Riscos:** Em atendimento à Resolução nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, o Banco Luso está adequando a sua Estrutura e Governança, com a criação da Di-

retoria de Riscos e designação de Diretor (CRO), consolidando toda a gestão de riscos e compliance e também, através da revisão de políticas e processos objetivando a adequação e aderência à referida Resolução. **32. Capital Alocado e Basileia:** Em 31/12/2017, o patrimônio de referência (PR) do Banco é de R\$ 164.540 (em 31/12/2016 era de R\$ 128.020) superior em R\$ 32.696 ao mínimo exigido para o RWA e o RBA e o valor da margem para o limite de imobilização é de R\$ 64.199 (em 31/12/2016 era de R\$ 49.244). O total de ativos ponderados pelo risco (RWA) é de R\$ 1.236.157 (em 31/12/2016 era de R\$ 1.192.954) e o patrimônio mínimo de referência exigido é de R\$ 116.391 (9,25%) (em 31/12/2016 era de R\$ 121.031 (9,25%)). O valor da parcela do RBA é de apenas R\$ 2.047 (em 31/12/2016 era de R\$ 3.227), utilizando o modelo próprio, com base na metodologia VaR, 99% de certeza e horizonte de cinco dias. O capital alocado supera o exigido pelas normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil num conjunto de resoluções, circulares e cartas circulares que formam a Basileia III. Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco e capital, acessar o nosso site http://www.bancolusobrasileiro.com.br/gestao_de_riscos.aspx

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A DIRETORIA

Waldir Trepichio - Contador - CRC 1SP 119.363/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas Banco Luso Brasileiro S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Luso Brasileiro S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Luso Brasileiro S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Re-

latório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.
Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Carlos Augusto da Silva
CRC 1SP197007/O-2

Moru Administração e Participações S.A.

CNPJ nº 53.022.950/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Apresentamos as Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais)			Passivo		
	2017	2016	2017	2016	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	3.187	4.775	Fornecedores	401	207
Contas a receber de clientes	738	640	Ordenados e salários	370	349
Estoques	114	64	Impostos e contribuições a recolher	61	58
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	205	189	Outras contas a pagar	-	4
Outros ativos	530	273	Total do passivo circulante	832	618
Total do ativo circulante	4.774	5.941	Pagáveis a partes relacionadas	16.418	7.764
Recebíveis de partes relacionadas	26.964	25.693	Provisão para perdas com investimentos	94.496	85.073
Depósitos Judiciais	108	102	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	71	65
Imobilizado	107.507	105.685	Outras contas a pagar	300	300
Total do ativo não circulante	134.579	131.480	Total do passivo não circulante	111.285	93.202
Total do ativo	139.353	137.421	Capital social	60.365	60.365
			Reservas de capital	32.004	32.004
			Prejuízos acumulados	(39.579)	(24.778)
			Ajuste de avaliação patrimonial	(25.554)	(23.990)
			Total do patrimônio líquido	27.236	43.601
			Total do passivo e do patrimônio líquido	139.353	137.421

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação)		
	2017	2016
Receita operacional líquida	597	187
Gerais e administrativas	(8.805)	(7.557)
Outros resultados operacionais, líquidos	(8.371)	(8.957)
Receitas (despesas) operacionais	(17.176)	(16.514)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(16.579)	(16.327)
Despesas financeiras	(14)	(13)
Receitas financeiras	1.246	1.478
Variações cambiais	416	(4.987)
Resultado financeiro líquido	1.648	(3.522)
Prejuízo líquido do exercício	(14.931)	(19.849)
Prejuízo líquido por ação	(0,44)	(0,58)

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais)		
	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	(14.931)	(19.849)
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de conversão em moeda estrangeira	(1.564)	14.121
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(1.564)	14.121
Total do resultado abrangente	(16.495)	(5.728)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em milhares de reais)		
	2017	2016
Saldos em 31 de dezembro de 2015		
Absorção de prejuízo conforme assembleia geral extraordinária 13/09/2016	-	-
Efeito reflexo patrimônio líquido de investidas	-	-
Ajuste de conversão em moeda estrangeira	-	14.121
Prejuízo do exercício	-	(19.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	60.365	29.000
Efeito reflexo patrimônio líquido de investidas	-	-
Ajuste de conversão em moeda estrangeira	-	(1.564)
Prejuízo do exercício	-	(14.931)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	60.365	29.000

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2017	2016	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(8.217)	(6.891)	
Prejuízo líquido do exercício	(14.931)	(19.849)	
Ajustes para: Provisão para perda de participação societária permanente	7.990	8.865	
Reversão para demandas judiciais	-	(6)	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(1.276)	4.097	
Variações em: Clientes	(97)	(99)	
Estoques	(50)	(13)	
Impostos e contribuições a recuperar	(16)	-	
Fornecedores	194	159	
Impostos e contribuições a recolher	3	24	
Outros ativos e passivos, líquidos	(237)	64	
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(8.420)	(6.757)	
Fluxo de caixa de atividades de investimento	(1.822)	(5.406)	
Adições ao imobilizado	(1.822)	(5.406)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.822)	(5.406)	
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	8.654	12.634	
Partes relacionadas, líquidas	8.654	12.634	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	8.654	12.634	
Acréscimo (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(1.588)	471	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.775	4.304	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.187	4.775	
Acréscimo (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(1.588)	471	

	Reservas de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Capital social	Reserva de Reserva	de ágio		
60.365	3.004	29.000	(38.111)	(63.396)
-	-	-	-	49.166
-	-	-	-	(8.697)
-	-	14.121	-	14.121
-	-	-	-	(19.849)
60.365	3.004	29.000	(23.990)	(24.778)
-	-	-	-	130
-	-	-	-	(1.564)
-	-	-	-	(14.931)
60.365	3.004	29.000	(25.554)	(39.579)
				27.236

A Diretoria
Contadora
Rita de Cássia do Amaral - CRC 1SP238194/O-9
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e encontram-se à disposição na sede da empresa.

Fundação Rádio Educacional de Votuporanga

CNPJ (MF) 53.220.208/0001-82

Demonstrações Financeiras - Valores expressos em Reais - R\$

Balanco Patrimonial - 2017-2016		
	2017	2016
Ativo		
Circulante	421.302,01	277.508,09
Disponível a Curto Prazo	421.302,01	277.508,09
Disponível	388.280,06	257.567,62
Direitos	33.021,95	19.940,47
Investimentos	936.912,74	1.014.845,80
Imobilizações	936.912,74	1.014.845,80
Imobilizado	1.441.580,86	1.424.364,41
Depreciação e Amortização	(504.668,12)	(409.518,61)
Total	1.358.214,75	1.292.353,89
Passivo	2017	2016
Circulante	161.008,50	152.002,92
Obrigações Sociais e Trabalhistas	50.940,80	52.409,85
Obrigações Tributáveis	1.354,94	992,65
Obrigações Diversas	18.926,56	18.786,86
Provisões e Reservas Econômicas	89.786,20	79.813,56
Patrimônio Social	1.197.206,25	1.140.350,97
Superavit Acumulado	848.861,07	740.858,88
Ajustes Avaliação Patrimonial	348.345,18	399.492,09
Total	1.358.214,75	1.292.353,89

Notas Explicativas
O Balanço Patrimonial: As práticas contábeis se fundamentam e atendem plenamente à legislação específica (Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/2009) e, ainda, aos critérios e procedimentos de avaliação de registros e de escrituração das demonstrações contábeis tratadas pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade (ITG 2002). No Ativo, as contas são dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados por grupos. No Passivo, as contas são classificadas por ordem decrescente de exigibilidade. **1. Ativo: I - Ativo Circulante: a) Disponibilidades:** valores de liquidação imediata que estavam à disposição da empresa em 31/12/2017 para fazer face aos seus compromissos (Caixa, Bancos Conta Movimento e Fundo de Aplicação a Curto Prazo); **b) Direitos:** disponibilidades realizáveis durante o exercício seguinte, ou seja, valores a receber em prazo máximo de doze meses; valores a receber/apoiadores eventuais - valores a receber de apoiadores culturais eventuais; **II - Ativo Não-Circulante - Imobilizado:** Os ativos de bens corpóreos são destinados à manutenção das atividades culturais da Instituição, tais como: Bens do Departamento de Operações (Discoteca e Fitoteca, Aparelhos e Equipamentos, Móveis e Utensílios e Instalações), e Intangível (softwares), nestas contas foram realizadas depreciação e amortização. Houve aquisição de aparelhos e equipamentos eletrônicos e softwares os quais são destinados a atividades culturais da Instituição. **2. Passivo: I - Passivo Circulante:** as obrigações da FREV, cujo vencimento ocorrerá no exercício seguinte (destacam-se as Obrigações So-

ciais e Trabalhistas; Obrigações Tributáveis; Obrigações Diversas, tais como, fornecedores de mercadorias, água, energia elétrica, telefone e outros afins; Provisões para Férias; **III - Patrimônio Social: a) O Patrimônio Social sofreu, neste exercício, um acréscimo da ordem de R\$-56.855,28 (Cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos).**
Da Auditoria Independente: As demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram submetidas à auditoria independente: **Elizeu de Azevedo - CRC 1SP076962/O-9 - CVM 5495**, a qual emitiu opinião favorável em todos os aspectos relevantes da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, validando-as, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Do Conselho Administrativo:** A prestação de contas e as demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram submetidas ao Conselho Administrativo da Fundação Rádio Educacional de Votuporanga, o qual emitiu opinião favorável em todos os aspectos relevantes da posição patrimonial e financeira, bem como ao cumprimento estatutário. **Do Promotor de Justiça e Curador de Fundações:** A prestação de contas e as demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram protocoladas à Curadoria de Fundações da Comarca de Votuporanga-SP, em 21/03/2018. **Do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP:** A prestação de contas e as demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram protocoladas junto ao TCESP - UR-11, conforme trata a resolução nº 02/2016 do TCESP, em 21/03/2018, sob Processo nº 2546.989.17-9 - Balanço Geral - Contas do Exercício de 2017.

